

Simpósio Temático: URBANIDADE(S)

URBANIDADE: ARQUITETÔNICA E SOCIAL

Frederico de Holanda (PhD, FAU, Universidade de Brasília)

Resumo

Urbanidade é um atributo social que implica visibilidade do outro, negociação de papéis e fráguas fronteiras entre eles, mobilidade social, estruturas societárias mais simétricas etc. Para seu florescimento a urbanidade precisa de uma arquitetura com determinados atributos: espaço público bem definido, forte contiguidade entre edifícios, fráguas fronteiras entre espaço interno e externo, continuidade e alta densidade do tecido urbano etc. Contudo, a relação entre arquitetura e urbanidade não é de determinação, mas do estabelecimento, pela primeira em relação à segunda, de possibilidades (que podem ou não ser exploradas) e de restrições (que podem ou não ser superadas), segundo as circunstâncias. Exemplos ilustram: 1) lugares construídos restritivos que a indisciplina social transformou no tempo, visando o resgate da urbanidade; 2) lugares onde, mantido um mesmo espectro social, uma nova configuração implicou novos padrões de usos; 3) espaços propícios à urbanidade e que, no tempo, tornaram-se desertos em razão de mudanças de valores e costumes sociais. Finalmente argumenta-se que na sociedade contemporânea de valores hegemônicos antiurbanos, há porém uma contínua guerra pelo resgate da urbanidade, exemplificado em inúmeras batalhas, muitas perdidas, algumas vitoriosas.

Palavras-chave: urbanidade arquitetônica, urbanidade social, configuração socioarquitetônica

Abstract

Urbanity is a social attribute that implies visibility of the Other, negotiation of social roles and weak frames among them, social mobility, more symmetrical social structures etc. So that it may flourish, urbanity needs architecture with certain attributes: well-defined public space, strong contiguity among buildings, weak barriers between internal and external spaces, continuity and high density urban tissues etc. However, relations between architecture and urbanity are not deterministic. Rather, they concern the definition, by architecture in relation to urbanity, of possibilities (that may or may not be explored) and restrictions (that may or may not be overcome), according to circumstances. Examples illustrate this: 1) restrictive built spaces that social indiscipline has transformed with time, aiming at the rescue of urbanity; 2) places in which the same social spectrum has been maintained, but a new configuration has resulted in new space use patterns; 3) spaces adequate to urbanity and that, with time, have become deserted because

of changes in social mores and values. Finally, it is argued that in contemporary society, in which anti-urban values predominate, there is though a continuous war towards the rescue of urbanity, exemplified in various battles. Many of them have been lost, but others have been won.

Keywords: architectural urbanity, social urbanity, socioarchitectural configuration

Introdução

Há muitas conotações para “urbanidade”. Entretanto, se estamos interessados no conceito naquilo que concerne à arquitetura, ele não pode ser utilizado de maneira ampla, geral e irrestrita... Terá que ser utilizado de forma útil para a compreensão das possíveis implicações que tenha *vis-à-vis* a configuração dos lugares, e do convívio das pessoas nele, implicado na configuração. Mesmo assim – mesmo se procuramos as relações da urbanidade com a arquitetura – a abordagem do problema sói ser deveras variada, como o demonstram as diversas maneiras pelas quais as palavras (arquitetura + urbanidade) são apropriadas ou exploradas neste Seminário Temático. Nesta contribuição resgato, discuto e trato mediante novos exemplos proposta feita noutras oportunidades (Holanda, 2002, 2003a, 2010). Insiro o conceito de *urbanidade* numa discussão mais ampla sobre taxonomia *socioarquitetônica*, que implique compreender tipos de *sociedade* e tipos de *arquitetura*. (Opto pela expressão, em vez de “socioespacial”, talvez mais comum na literatura, por ser mais abrangente: como veremos, a urbanidade pode estar relacionada aos elementos-meio da arquitetura – os *cheios*, os *volumes* – ou aos elementos-fim – os *espaços*, os *vazios* [Coutinho, 1970, Holanda, 2010]. Portanto, as implicações podem ser sociovolumétricas ou socioespaciais – em síntese, e sempre, serão socioarquitetônicas.)

Antes, porém, carece expor certos pressupostos gerais pertinentes a todo e qualquer tratamento das relações entre arquitetura e urbanidade. Em outras palavras – e já provoco o debate – qualquer tratamento implica 1) o que se entende por urbanidade, não em sentido amplo mas *para esta discussão*; 2) o que se entende por arquitetura, no mesmo contexto, i. é, arquitetura enquanto relacionada à urbanidade (ela está relacionada a um sem-número de outras dimensões do real, ou de outras *expectativas sociais* [Holanda, 2010]). Uma coisa e outra carecem da *descrição* dos dois âmbitos, mais ou menos precisa, objetiva, quantitativa etc., segundo as opções epistemológicas de cada um: teoria + método + técnicas. A descrição rigorosa é condição *sine qua non* para que uma discussão não venha a ser um diálogo de surdos: do que *mesmo* estamos falando? Se não explicitarmos, de maneira compreensível e *verificável por*

outros, de qual ponto de vista estamos refletindo, adeus *troca* de ideias e sua potencial fertilização cruzada. A discussão se reduzirá à auto-complacente (ou mutuamente complacente, como é do [mau] gosto de certa epistemologia em voga) exposição de *impressões* de cada um sobre o que venha a ser o assunto, impressões que somente poderão ser contrapostas a outras impressões. Não se chegará a nada minimamente *verdadeiro*. Ou isso não interessa?!...

Depois de descritos o lugar e as pessoas nele – portanto, por definição, uma *situação arquitetônica* – podemos sobrepor *valores* em função dos quais será possível avaliar positiva ou negativamente a situação, realizar sua defesa ou sua crítica, generalizar a ponto de facultar o uso de suas lições noutra contexto. Pois queremos aprender com cada estudo, socializar e *aplicar* noutras circunstâncias, *mutatis mutandis*, o ensinamento que ele, estudo, encerra, correto? Isto posto, podemos passar às categorias analíticas aqui utilizadas.

Estamos navegando num braço de rio de ampla bacia fluvial: *lato sensu*, o das relações entre arquitetura e comportamento. Arquitetura está sempre relacionada a seres humanos, *mas não está sempre relacionada a comportamentos*. Incluir, p.ex., a sensação higrótérmica no corpo, a resultar do desempenho bioclimático de um lugar, em “comportamento” é estimar inadequadamente o conceito e deixar pouco claro o foco a que estamos nos referindo aqui. (Evoco o conceito de “sustentabilidade” em voga, extremamente amplo, tão equivocado e pouco focado quanto.)

Sistemas socioarquitetônicos podem ser caracterizados como pontos num intervalo entre tendências polares testemunhadas ao longo da história das configurações da arquitetura e das sociedades. Um sistema socioarquitetônico, composto por um modo de vida e pelo marco arquitetônico que constitui e é por ele constituído, é um *estado* de um sem número de estados possíveis ao longo de um intervalo. O intervalo tem tendências polares sintetizáveis pelas expressões *paradigma da formalidade* e *paradigma da urbanidade* (Holanda, 2002). As palavras “formalidade” e “urbanidade” são interessantes porque comunicam simultaneamente ideias relativas aos lugares e ideias relativas a modos de convívio. “Formalidade” vem de “formal”, relativo a “forma” – “limites exteriores da matéria de que é constituído um corpo, e que conferem a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular” – mas isto de uma certa maneira: “que não é espontâneo; que se atém a fórmulas estabelecidas; convencional.” “Formalidade” também é uma “maneira expressa de proceder; aquilo que é de praxe, rotina” (Ferreira, 1988). Por sua vez, “urbanidade” obviamente se refere à cidade enquanto realidade física, mas

também à qualidade de “cortês, afável, relativo à negociação continuada entre interesses.” (*idem*) Formalidade/urbanidade é pois uma *variável*, que é *função*, simultaneamente, de atributos sociais e de atributos arquitetônicos. Destrinchando a questão, podemos falar em *urbanidade social* – quando os atributos estiverem relacionados a modos de interação social – e *urbanidade arquitetônica* – quando os atributos estiverem relacionados ao lugar. Ademais podemos, para cada caso, ou para o conjunto, falar numa *medida de urbanidade*: num dado contexto, como foi feito para várias áreas do DF propositadamente contrastantes, a *urbanidade* varia de “0” a “5”, obtida mediante atributos quantificados e por procedimentos de normalização (Holanda, 2002, cap. 7). Naquele caso, a urbanidade foi sintetizável numa fórmula: $URB = (y/xn + cbn + RARn + \dots + INTn)/n$, em que URB é *urbanidade arquitetônica* e as demais são variáveis de configuração (foram nove as utilizadas; na fórmula acima, à guisa de exemplo, superfície de espaço por constituição, percentual de espaços cegos, medida de integração, inteligibilidade, todas normalizadas, e o “9” referido ao número total de variáveis morfológicas. Isto não será feito neste ensaio. Apenas ilustrarei como as ideias podem ser utilizadas *qualitativamente*.

Urbanidade é normalmente afeita à escala da cidade. Todavia, é adaptável a outras escalas, para mais e para menos. Podemos falar em urbanidade no trato dos membros de uma família, quanto às relações inter-gerações. E podemos falar em urbanidade no trato das relações das classes sociais entre si, no âmbito da atual “sociedade de classes avançada”, para usar expressão de Giddens (1973).

Âmbitos *sociais* diversos estão relacionados a âmbitos *arquitetônicos* diversos: relações inter-gerações podem acontecer em vários lugares, mas *laços* familiares constroem-se por excelência no *espaço doméstico*. Relações inter-classes constroem-se no âmbito de metrópoles crescentemente complexas, variadas, descontínuas, quase a abarcar todo o espaço socialmente utilizado, a ponto de merecer o neologismo proposto por Ascher, para caracterizar a realidade socioespacial hodierna: *metápoles* (Ascher, 2010).

Um corolário do alargamento do conceito de *urbanidade* para âmbitos socioarquitetônicos diversos é seu alargamento *no tempo* – ele é aplicável não apenas às sociedades e lugares contemporâneos, em seus vários níveis: é aplicável também a sociedades do passado, que podem ser mais ou menos afeiçoadas às características implicadas no conceito. Sociedades humanas e os respectivos lugares que produzem ou usufruem podem ser classificadas pela medida que traduza a proximidade ou o afastamento quanto aos atributos de urbanidade.

Isso é crucial para realizar estudos comparativos, transculturais. Os exemplos a seguir são variados, quiçá a demonstrar a robustez do conceito e como podemos utilizá-lo para *melhor projetar*.

Vila Planalto, Brasília – de fadada ao desmonte à utopia socioarquitetônica

Realizamos uma pesquisa sobre oito áreas do DF, diferentes em renda, configuração edilício-urbana e distância ao centro metropolitano. O objetivo foi identificar relações entre atributos arquitetônicos e acesso ao lugar por diferentes estratos de poder aquisitivo das famílias. Os resultados mais gratificantes foram obtidos na Vila Planalto (Holanda, 2010, Fig. 1 e 2).



Fig. 1. Vila Planalto. Vista aérea, no centro da figura. Esplanada dos Ministérios à esquerda, Palácio da Alvorada no extremos direito.



Fig. 2. Vila Planalto. Vista aérea, revelando a variedade de bairros, ruas, lotes e edifícios.

A Vila Planalto, a 1.500 m da Praça dos Três Poderes e a 3.900 m do Centro de Comércio e Serviços, renda média do chefe da família de R\$ 1.920,00, revelou os dados mais gratificantes da pesquisa. A Vila data do início da construção da cidade. Tem origem em acampamentos de empreiteiras, edificadas para abrigar os empregados – arquitetos, engenheiros, técnicos, operários. É lugar de grande variedade de lotes, casas, bairros e espaços públicos. O tamanho médio dos terrenos é muito pequeno: 143 m² (46% têm menos de 100 m²), quase a impedir arborização dentro do lote. Ruas e calçadas variam em dimensões – algumas vielas mal permitem a passagem de veículos, outras facultam arborização e generosos passeios. Apesar da privilegiada localização, apresenta um perfil de renda parecido com o do DF – é quase um microcosmo da metrópole. Ante o DF, há na Vila um pouco menos de ricos (Vila = 10,4%, DF =

11,9%), estratos médios são menores (Vila = 49,8%, DF = 57%), há mais pobres (Vila = 39,7%, DF = 32,5%). O caráter pitoresco da Vila e sua privilegiada localização atraíram intelectuais, alguns professores da Universidade de Brasília. As melhores casas permitem adaptações que correspondem a expectativas da classe média. Há espaço dentro do terreno para a construção de garagens e as respectivas ruas têm facilidade para o estacionamento das visitas. Contudo, tais casas e ruas são minoria. A maior parte da arquitetura não agrada aos estratos médios, menos ainda aos ricos. Mais de quatro décadas depois de inaugurada a cidade, forças de mercado não foram capazes de expulsar moradores de baixo poder aquisitivo. A elitização parece estar chegando a um limite, imposto pela arquitetura e pela dificuldade, por força de lei, de mudar suas características fundamentais (está dentro do perímetro tombado), o que nem sempre é observado dado o péssimo monitoramento urbanístico que faz o governo local, dessa ou de qualquer outra área. Mesmo assim, a arquitetura como *variável independente* fala mais alto.

Salvo em algumas partes, a Vila não tem bom desempenho bioclimático, imagético ou estético. Como conjunto, é mal-estruturada, a “colcha de retalhos” do DF em miniatura: os trechos construídos por diferentes empresas não foram bem articulados na origem, nem depois. Em termos lynchianos (Lynch, 1999), a Vila apresenta fraca legibilidade – não é fácil se orientar nela (Kohlsdorf, 1996).

Apesar disso, outra leitura é necessária: quanto à estratificação social, a Vila é um tremendo sucesso, o contraponto *utópico* ao *mito* de igualdade expresso por Lucio Costa para as superquadras. Sua grande diversidade arquitetônica implica grande diversidade social. Se o espaço urbano é um “recurso cultural” a contribuir para “re-unir o que a sociedade separou” (Peponis, 1989, 1992), esse bairro é exemplo paradigmático. Para Lucio Costa, entretanto, uma eventual expansão da Vila nos moldes atuais “interferiria de forma não apenas inadequada mas desastrosa com a escala monumental tão próxima” (Costa, 1987). Visando impedi-lo, ele propõe um renque de sete superquadras para “barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais” (*idem*) na direção do Palácio da Alvorada.

Decerto o arquiteto ignorava o fascinante desempenho sociológico do bairro em sua feição original, a facultar a presença de diferentes estratos socioeconômicos. Se o soubesse – alma sensível e generosa revelada em muitas oportunidades – talvez sua opinião fosse diversa. Os resultados obtidos pela pesquisa em outras áreas do DF demonstram que as superquadras propostas implicariam um perfil socioeconômico mais elitista, não o de um microcosmo da

metrópole, como a Vila é hoje. Se *urbanidade* é a “negociação continuada de interesses” e a convivência de classes sociais diversas no mesmo bairro, a *urbanidade social* na Vila é a maior que encontramos no DF. E essa urbanidade social *resulta* de uma configuração edilício-urbana cuja variedade volumétrica e espacial (elementos-meio + elementos-fim da arquitetura) é excepcional, caracterizando uma *urbanidade arquitetônica* máxima no DF e, possivelmente, rara alhures.

Esplanada dos Ministérios: formalidade por excelência

Passemos de um pólo a outro: da urbanidade da Vila Planalto, à formalidade do conjunto Esplanada dos Ministérios / Praça dos Três Poderes. A Esplanada define-se pelo grande vazio central retangular em planta: 310 m de largura entre as empenas dos ministérios e 2.000 m entre a Plataforma Rodoviária e as torres gêmeas do Congresso Nacional, de 95 m de altura. A Esplanada tem, ao seu redor, a Rodoviária, os repetidos paralelepípedos dos blocos ministeriais, e os edifícios emblemáticos cujos volumes especiais contribuem para a justa diversidade plástica do conjunto: Teatro Nacional, Conjunto Cultural da República (Museu Nacional Honório Guimarães e Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola), Catedral, Ministério da Justiça, Palácio do Itamaraty e Congresso Nacional.

Brasília é atacada por sua *monumentalidade*, supostamente *démodé* na cidade para uma sociedade democrática. As opiniões de Zevi, Tafuri e Frampton são as mais contundentes (Zein, 2001). Zevi argumenta que a monumentalidade é incabível no projeto moderno. Para Tafuri, Brasília nasce de “intenções demagógicas (...) guiada por um plano alegórico infantil que tenta reinterpretar um modelo urbano já experimentado na União Soviética dos anos 1930”. Frampton qualifica a arquitetura do Plano Piloto de “formalismo decadente” (mas em visita à cidade, no início de 2010, avalia positivamente a cidade, destacando a atmosfera prazerosa das superquadras). As críticas exemplificam pecado comum na história e na teoria da arquitetura: consideram um contexto e uma época restritos. Não percebem as referências históricas do projeto de Lucio Costa e ignoram a contribuição peculiar de Oscar Niemeyer para a arquitetura moderna (Zein, 2001).

Lucio Costa antecipa-se às críticas no *Relatório do Plano Piloto de Brasília* (Costa, 1995) – talvez soubesse estar infringindo a norma... Entretanto, não o faz convincentemente. Parece constrangido ao defender o “desejável caráter monumental” do projeto, “não no sentido

da ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa” (*idem*, p. 283). Nada claro. Do *Houaiss*: “ostentação” relaciona-se com “exibição de luxo, poder, riqueza, magnificência”.

A escala monumental do Plano Piloto é, sim, “magnificante”. A grandiosidade e os edifícios ímpares tocam-nos à semelhança de outros lugares da história. Emocionam como as *Pirâmides de Guiza* (Egito antigo), os *Champs Élysées* (Paris), o *Mall* (Washington), a *Avenida dos Mortos* (Teotihuacán, México pré-Colombo), o centro cerimonial de *Uxmal* (maya, México pré-Colombo), a *Cidade Proibida* (Pequim, China) (Fig. 3)... Alain de Botton sugere a razão: são *sublimes* – “o sublime como um encontro prazeroso, até mesmo inebriante, com a fraqueza humana diante da força, da idade e das dimensões do universo” (Botton, 2003). O grandioso é-nos prazeroso porque “[afastamo-nos] desses lugares, não arrasados, mas inspirados pelo que está além de nós, privilegiados por nos submetemos a exigências tão majestosas” (*idem*). Todos os exemplos primam por uma ou mais das características: a grande dimensão dos espaços abertos; a forte axialidade (o comprimento muito maior que a largura); o conjunto, ou os edifícios mais importantes, estarem sobre terraplenos, a destacá-los ante o entorno; os prédios serem soltos, lidos como volumes claros na paisagem; as transições entre o interior e o exterior serem elaboradas mediante diversos artifícios – escadarias, rampas, passarelas sobre espelhos d’água, túneis; o lugar ser especializado nas funções superestruturais da ordem social – política ou ideologia; exceto pelos trabalhadores especializados que abriga, não haver presença rotineira dos habitantes. Só *dois* exemplos têm *todos* os atributos: a Esplanada de Lucio Costa e a *Avenida dos Mortos*, em Teotihuacán.



Fig. 3. Quatro exemplos de *formalidade*: no sentido horário, Esplanada dos Ministérios (Brasília), Teotihuacan (México pré-Colombo), Cidade Imperial (Beijim) e *The Mall* (Washington).

Entretanto, não existe apenas essa monumentalidade. Contraponham os exemplos à *Piazza San Marco* (Veneza), *Piazza della Signoria* (Florença), *Piazza del Campo* (Siena), *Cinelândia* (Rio de Janeiro), *Praça Tiradentes* (Ouro Preto) (Fig. 4). Não são monumentais? Decerto, mas de outro tipo. Os lugares se destacam do entorno pelas dimensões (mas não muito), por edifícios ímpares (alguns), ou pelas funções que abrigam (governamental, religiosa). No entanto, essas praças incluem a vida rotineira da cidade, inclusive residências; estão sempre cheias de pessoas, paradas ou em movimento; são pequenas clareiras cercadas pelo *denso e secular tecido da cidade*.



Fig. 4. *Monumentalidade urbana*. Praça Tiradentes (Ouro Preto) e *Piazza del Campo* (Siena).

Temos expressões para marcar a diferença – formalidade e urbanidade. Os primeiros lugares exemplificam a *monumentalidade formal*; os segundos, a *monumentalidade urbana*.

Brasília é *formal*, é “magnificante”, e não há porque desculpar-se. Lucio Costa não é apenas moderno ou brasileiro, transcende o aqui e o agora (como é pobre equacionar Brasília à *Carta de Atenas!*). O Plano Piloto e seu lugar simbólico por excelência – o conjunto Esplanada dos Ministérios / Praça dos Três Poderes – encantam porque fazem reverberar lembranças de lugares emblemáticos de outros tempos e espaços.

Neste aspecto, a proposta original de Lucio Costa foi empobrecida: a Esplanada contemplava espaços para comércio e serviços complementares às atividades principais, indicados nos esboços iniciais para a área. Os blocos dos ministérios seriam interligados por edifícios mais baixos para abrigar usos diversificados. Os serviços convidariam a uma rápida parada dos motoristas a caminho de casa através da Esplanada, cujo fluxo veicular intensificou-se depois de construída a Ponte JK, a terceira sobre o Lago Paranoá. Mais vantagens: 1) os que trabalham no local economizariam viagens feitas para serviços hoje ausentes, particularmente na hora do almoço; 2) os serviços induziriam maior presença no lugar também após o horário comercial, a beleza do espaço a convidar para uma relaxante *happy hour*, hábito comum no centro do Rio de Janeiro (*Cinelândia*, por exemplo); 3) o espaço aberto ganharia em definição, superando-se a inadequada descontinuidade entre os blocos ministeriais, problema inexistente na proposta original; 4) toda a Esplanada ganharia em urbanidade, ao incorporar contingentes populacionais além daqueles que aqui meramente trabalham; 5) o emblemático espaço seria mais

vivido instrumentalmente por dentro que usufruído expressivamente de fora; 6) a Esplanada estaria mais próxima aos *Champs Élysées* referidos por Lucio Costa nos textos.

Como *variável independente*, o urbanismo moderno geralmente implica custos sociais e econômicos. Entre os traços mais típicos da cidade moderna está a desertificação dos espaços abertos de uso coletivo, que acontece *pari passu* ao “declínio do homem público” (Sennett, 1988). Se a *visibilidade do outro* no âmbito público é a quintessência da urbanidade, esta não existe na Esplanada dos Ministérios, como, ao contrário, há em Washington ou Paris. Isso é *efeito direto da configuração* (lembramos Hillier e a “lei do movimento natural” [Hillier, 1993]). Todavia, faz sentido perguntar: as sociabilidades observáveis em muitos lugares compensam a desertificação de outros? Moradores satisfazem-se em usufruir *expressivamente* – estética, afetiva, simbolicamente – os mais emblemáticos lugares da cidade, e não usá-los na *vida prática rotineira* por sua *presença*? A julgar pela intensa frequência nos lugares de convívio atuais e pelo afeto que moradores demonstram pela cidade e pelo que ela representa, as respostas são afirmativas (Branco, 2006). Contudo, investir em maior urbanidade na Esplanada, como está implícito no projeto de Lucio Costa, em nada danificaria as dimensões expressivas do local; pelo contrário: a presença mais intensa fortaleceria a imagem do lugar, e da cidade, em nossas mentes.

Se os órgãos gestores do espaço não o fazem, o “homem comum” (Certeau, 2000) se encarrega de realizá-lo: surgem informalmente, entre os edifícios ministeriais, aproximadamente no lugar onde Lucio Costa o assinalou em seus croquis, quiosques para prestar serviços variados e vender lanches e refeições populares. É grande o fluxo de pessoas no local, particularmente nas horas do intervalo para o almoço. Em alguns casos, há mesas espalhadas nas sombras das árvores, ao longo dos passeios. Como sói acontecer em paisagens formais, a urbanidade imiscui-se como “fissura” na ordem hegemônica, trazendo mais vida para o âmbito público, apesar da histeria preservacionista que procura manter o lugar em sua pureza de *espaço de exceção* (Gilberto Gil classificou de “histórica” a política de preservação em Brasília – bingo!).

Entretanto, há casos em que transformações são mais que simples fissuras na ordem.

Nova lorque: resgate da urbanidade

A construção da hidrelétrica de Boa Esperança implicou formar-se um lago de aproximadamente 160 km de extensão entre Maranhão e Piauí, no Alto Parnaíba, com largura média de 10 km (Holanda, 2003b). As águas subiram em 1968. Inundaram-se pequenas cidades nas antigas margens do rio, e moradores foram indenizados ou a companhia construiu cidades e permutou as antigas edificações nos novos núcleos, como em Nova Iorque (MA) e Guadalupe (PI). Em linha reta, a NI inundada distava 70 km da barragem. Construiu-se a nova o mais perto possível da anterior.

Eis as diferenças básicas entre a malha viária proposta e a da cidade antiga (Fig. 5):

1. *Quanto à escala.* Na nova proposta, ruas todas mais largas, mais ainda no caso das radiais, com 9m de caixa de rolamento mais 2,5m de calçadas de cada lado mais os 5m (mínimos) de recuo frontal, gerando 24m de distância total interfachadas, bem mais que os 6m/8m comuns à cidade antiga.

2. *Quanto aos ângulos da malha.* Rompeu-se com a ortogonalidade antiga quase absoluta. Criaram-se ângulos de 135° que contrastam com os de 90° e potencializam estímulos perceptivos. As seis radiais que demandam a Praça da Igreja fazem-na mais perceptível a partir de maior número de pontos mais distantes do centro. Relativamente ao todo urbano, sua presença é mais enfática que na cidade anterior.



Fig. 5. Nova Iorque Nova. Planta Geral.

Aumentamos a escala de praças e quadras. A nova Praça da Igreja media 180 x 240m (70m x 100m, a praça anterior). A do mercado 100m x 100m (30m x 70m, a anterior). As quadras eram maiores: dimensões mínimas de 80m e máximas de 250m, com área média de 20 mil m², três vezes a anterior. Contribuía para otimizar o sistema viário, compensando as novas dimensões das vias. Manteve-se a generosidade do tamanho dos lotes da antiga cidade (média = 934,90m²) dentro do possível. Os novos lotes tiveram 800m², salvo mínimas variações a maior, em função da geometria das quadras e de casas especiais, por conta do hábito dos antigos grandes quintais e pomares.

Edificações residenciais reproduziam o partido tradicional da região, esquemas em “L” ou “U” gerando um pátio interno ajardinado. Havia contudo forte diferença das residências tradicionais. Nosso projeto as afastavam de todas as divisas do lote, mas na velha urbe quase não existiam afastamentos laterais ou frontais (ponto das transformações mais interessantes).

As transformações efetuadas pela população em nosso projeto foram essencialmente em duas escalas:

1. Na urbana a transformação resumiu-se a diminuir o tamanho da praça central, dividida em duas. A rua de chegada à cidade terminando em 90° numa das vias que circundavam a praça foi prolongada, cortando-a ao meio. Numa metade permaneceu a igreja; noutra construiu-se o clube (havia na cidade antiga, mas a Cohebe não repôs na cidade nova). A nova praça da igreja ficou com 120m x 180m, mais próxima à da cidade antiga, porém ainda maior.

2. Na escala residencial as transformações foram mais significativas e em grande número de casas. Envolveram vários aspectos.

A não ser em residências comércio/habitação existia afastamento frontal mínimo de 5m, que foi desprezado. O espaço previsto para eventual jardim frontal foi reincorporado ao domínio público. Isto aconteceu em residências de famílias de baixo poder aquisitivo e nas de famílias de melhor renda, a julgar pelo seu nível de acabamento e o estado de conservação. A transformação resgata a antiga relação casas x rua.

A posição da porta de entrada sofreu modificações. Nosso projeto eliminou o vestíbulo, comum às antigas casas. Em compensação, para evitar abertura direta da sala à rua, a entrada dava-se lateralmente. Aparentemente, a maior privacidade permitida não teve a importância pensada: muitas portas frontais passaram a abrir-se diretamente para a rua, resgatando a antiga relação, fato até mesmo na ausência do antigo vestíbulo, que pareceu não ser resgatado em nenhuma casa da nova cidade.

Muitas residências sofreram expansão em direção às divisas laterais do lote, colando-se a estas, outrossim recuperando relações anteriores. Há efeitos significantes: 1) mais cômodos da casa têm relação direta com o espaço público; 2) o espaço da caixa da rua fica mais bem definido (como antes), porque se eliminam as descontinuidades que os recuos laterais das casas provocam. Em certos casos, novas portas se abrem diretamente para o espaço público, como outrora (Fig. 6).



Fig. 6. Nova Iorque Nova. Ampliações das casas e eliminação do recuo frontal proposto no projeto (esquerda) e apropriação do espaço público lindeiro aos lotes (direita).

Houve expansões ao fundo do lote. Não só consistiram em ampliar cômodos, como a onipresente varanda para o jardim interno proporcionada em nosso projeto: criaram-se novos cômodos. É interessante que os pés-direitos dos novos cômodos resgatam os da antiga cidade (1m70cm no ponto mínimo). Em nosso projeto não eram menores que 2m 60cm. Felizmente, a configuração das novas casas tornava as expansões quase “naturais”.

As modificações trouxeram espaços generosos, antes inexistentes, entre fachadas e meios-fios (a cidade velha tinha calçadas muito estreitas), que não foram abandonados. Bem conservados, passaram a ser apropriados lugares semipúblicos, extensões do interior das casas, lugares de estar da família em lazer a conversar com os passantes e a apreciar o relativo frescor da sombra das árvores. Generosos terraços foram criados abertos para o espaço público. Curiosamente, não se tem exemplo deles em casas da antiga cidade.

A redução do tamanho da praça e as transformações das residências (particularmente quanto à relação com o espaço público) aumentam a *urbanidade* na Nova Iorque criada por nós.

Em espaço público, espaços maiores significam historicamente mais *formalidade*. Grandes espaços implicam ocupação humana rotineira rarefeita, combinam com sistemas de encontros em que a dimensão *simbólica* predomina. A ocupação de grandes espaços por muitas pessoas somente se dá em momentos especiais, p.ex. a Esplanada dos Ministérios, Brasília. A dimensão simbólica esteve na antiga praça da igreja, mais generoso espaço público da velha cidade. A nova praça, querendo resgatar a dimensão, foi considerada “excessivamente

simbólica” pelas dimensões. Sua redução mantém o caráter de excepcionalidade do lugar; todavia, a aproxima das necessidades *instrumentais* cotidianas.

Todas as transformações do espaço doméstico também reforçam a urbanidade do lugar. O jardim frontal, de natureza *expressiva*, quase não foi implementado. Uma notável exceção (não casual) está na residência do prefeito: um artifício para instituir maior *formalização* das relações dessa família com a comunidade maior onde se encontra inserida. Impõe “mais respeito”. O desprezo pelo jardim frontal significa *instrumentalizar* o espaço frontal da casa, rotineira e informalmente utilizado pela família com os passantes.

Expansões das construções em direção às duas divisas laterais do lote resgatam a antiga caixa espacial da rua, definida pela massa continuamente construída do quarteirão. Mais um artifício para *potencializar* a relação direta de cômodos da casa com o espaço exterior. Marcante opção de socialização em cidades vernaculares brasileiras é o debruçar-se à janela para conversas informais. A utilização *total* da largura do lote maximiza essa possibilidade.

Facultar bem absorver transformações com o tempo, sem custos elevados, é característica positiva de projeto urbano. O projeto da nova cidade de Nova Iorque, acreditamos, encontra-se nessa categoria. Na escala do espaço doméstico e na escala urbana maior, o projeto permitiu fáceis transformações. Em vez de “distorcer” ou “deformar” o projeto original, as transformações realizadas pela população enriqueceram nossa proposta; são emocionante lição de *saber fazer* cidade e arquitetura populares.

A urbanidade de uma casa-átrio

Projetei esta residência unifamiliar em 1998, onde moro desde 1999, com minha família. Em outra oportunidade, analisei vários aspectos da casa (Holanda, 2003c). Aqui, atendo-me ao tópico central do ensaio: os modos de convívio em seu interior, as relações que se dão com o que se passa no exterior, e as implicações da configuração para ambas as instâncias.

Ao referir a construção de interfaces sociais no espaço doméstico, Hanson explica que a manipulação da forma espacial pode enriquecer a experiência da arquitetura “ao conformar uma socialização multifacetada; ou empobrecê-la, articulando um ponto de vista de determinado ator ou ninguém em particular” (Hanson, 1998). “Socialização” aqui tem sentido específico: copresença ou cociência de pessoas no espaço, respectivamente por acessibilidade física ou

visibilidade proporcionadas pela natureza das fronteiras interespaços mais/menos permeáveis à passagem, mais/menos transparentes à vista.

Configurar uma casa constitui *potencialidade* de utilização; o uso *efetivo* dos espaços será função do estilo de vida dos moradores. Interessa-nos em que medida a configuração é entrave ao estilo, impõe custos à sua realização ou é adequada.

Os moradores entre si

A sala é o lugar mais intensamente utilizado pelos moradores: ler, escutar música, ver TV, conversar, comer (Fig. 7). Está-se longe do uso intenso que a classe média brasileira faz da cozinha como espaço por excelência do convívio familiar e da sala-de-estar formal, fechada, lugar de receber visitas (França, 2003). O segundo espaço mais utilizado é o escritório, por mim e por minha mulher, para trabalho (mais comum), escritos, lazeres.

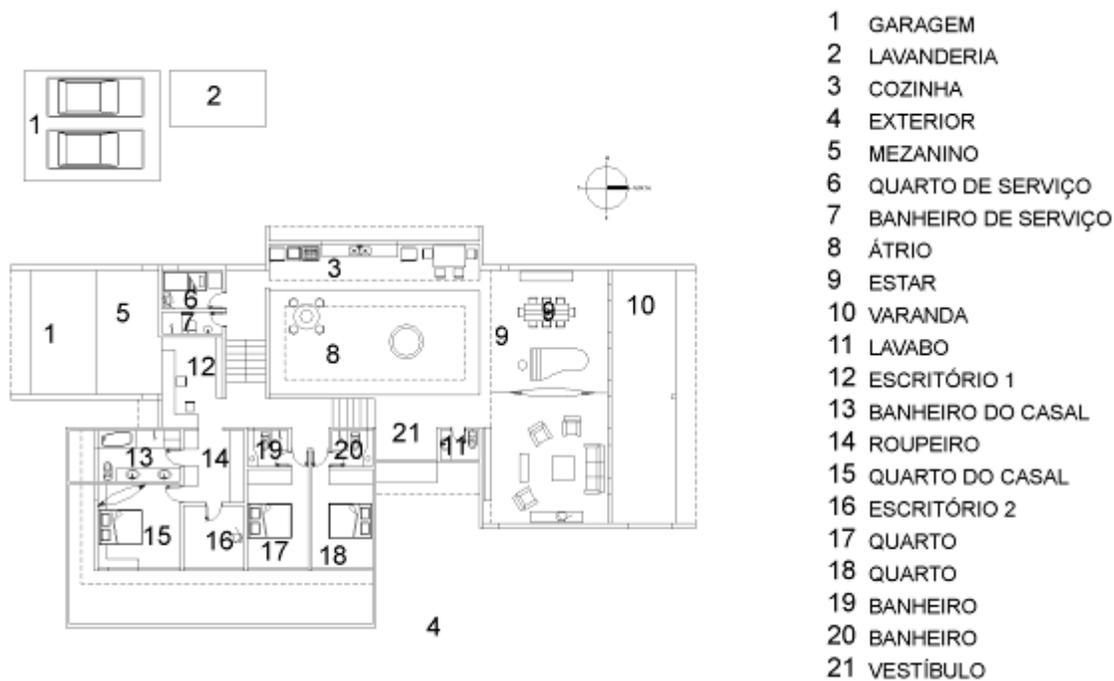


Fig. 7. Casa-átrio Frederico de Holanda. Sobradinho, Brasília. Planta baixa.

Sala e escritório são posições privilegiadas para acesso e visibilidade. Deles, é fácil ouvir o que acontece e falar com qualquer pessoa no resto da casa. Um quase-problema é não haver neste domínio privacidade acústica: os decibéis da TV ou do CD precisam ser negociados de modo a permitir, p.ex., ver TV (sala) e trabalhar (escritório 1), concomitantemente, mas as concessões são bem exercidas.

O espaço favorece a relação intermoradores, ao se revezarem em tarefas domésticas se não há presença de empregados. Preparar refeições e lavar louças é praticado por qualquer familiar (na cozinha), enquanto outros ficam sob alcance visual/auditivo em espaços contíguos (sala, átrio, escritório). Falar da relação cozinha x sala não é, como em outras casas, falar da relação entre gêneros, mas entre membros da família em funções intercambiáveis. À preparação de refeições garantiu-se lugar imediatamente abaixo da sala quanto à acessibilidade, diminuindo a distância categórica entre “natureza” e “cultura”.

Os mais jovens e os mais velhos

As suítes dos quartos 1 e 2 foram pensadas para o filho e a filha do casal. Privacidade se obtém ao fechar as portas; são espaços bipermeáveis, mas seus usuários comandam a ligação aos anéis de permeabilidade a que os quartos pertencem. Estando abertas as portas, o uso desses anéis através do jardim interno 1 favorece a interface com os outros moradores. Os quartos 1 e 2 abrem para os principais espaços que constituem o miolo da casa. À acessibilidade física soma-se a visibilidade franca: do interior dos quartos vê-se o átrio e a cozinha; ao sair deles vêem-se escritório, vestíbulo e sala.

Moradores/hóspedes

Não há aposentos específicos para hóspedes. Podem acomodar-se nos quartos 1 ou 2 (à ausência dos filhos), no quarto 4 (à não existência de empregados permanentes), no escritório 2 ou no mezanino. No quarto 4, hóspedes disporão da maior privacidade da casa, além do espaço à sua porta estar a um passo da cozinha, que propicia franca visibilidade para o átrio e a sala. Se hóspedes usarem o mezanino, estarão mais próximos ao centro mais acessível da casa, mas sem privacidade visual, justificável em condições de “casa cheia”. No dia-a-dia, o mezanino é agradável alternativa para se assistir a outro canal, quando a TV da sala está em uso, ou para realizar outros trabalhos de lazer – bordados, *patchwork*...

Moradores/visitantes

A sintaxe da casa suporta intensa interface entre visitantes e moradores. Se incluirmos o átrio entre os espaços “principais”, a ordem de acessibilidade é: exterior > átrio > sala > cozinha > quarto do casal. Nas reuniões, amigos frequentemente preparam a refeição. Integrar cozinha/átrio/sala reaviva sua importância na socialização: interconectados no acesso, os três ambientes são audiovisualmente sincrônicos, facilitam aos subgrupos o contato. A sintaxe da casa “embaralha” os setores “social”, “íntimo” e “de serviço”. Ao prolongar-se no escritório 1 e no mezanino, o setor social rompe a continuidade do setor íntimo: é preciso perpassar o “social” para ir dos quartos 1 ou 2 para o 3, sem esquecer a alternativa via jardim, contributiva para enfraquecer barreiras visitantes x moradores.

Ao recebermos visitas, o lugar a mais se usar depende de número de pessoas e de chuva. Com variações, a situação é: pequeno número = átrio; número médio = átrio + mesa na sala; número alto: átrio + toda a sala (mesa + área de estar). Receber visitas implica preparar refeições, por elas ou pelos moradores. Na preparação, a presença se divide entre cozinha/átrio/sala. A acessibilidade/visibilidade entre vestíbulo, átrio, sala e cozinha favorece a conversa entre todos.

Proprietários/empregados

A sintaxe “embaralha” o setor social e o de serviço porque um anel de permeabilidade inclui sala e cozinha, porém exclui a lavanderia. Isto faculta realizar tarefas de serviço pertinentes ao casal e afasta o lugar para tarefas menos frequentes – lavar/passar roupas (Fig. 8).



Fig. 8. Os “setores” social, íntimo e de serviços são mutuamente visíveis e “embaralham-se”. Vista da sala para a cozinha (direita) e para os quartos (parede azul, ao fundo, à esquerda), o átrio a todos integrar.

Hanson lembra como o configurar tem implicações distintas, depende de circunstâncias sociais: “[há diferença] entre a descrição das propriedades objetivas de uma casa e a interpretação subjetiva do que essas propriedades podem significar experiencialmente ou socialmente” (Hanson, 1998). Entendo tratar-se de diferenças entre dimensões sintática e semântica da arquitetura (Holanda, 2003d). Implicações de alta acessibilidade e visibilidade da cozinha ao miolo da casa podem variar quanto a relações patrões x empregados. Nesta casa a relação hoje é “entre iguais”. A funcionária é parente da esposa, utiliza espaços com total liberdade, incluindo o estar e seus equipamentos. Ao favorecer a copresença e a cociência, a configuração da casa é congruente a uma relação cooperativa, não de comando. Se houvesse a tradicional relação “entre desiguais”, o “efeito pan-óptico” do miolo da casa implicaria uma vigilância opressiva aos empregados.

Urbanidade, valor de uso, valor de troca

A análise revelou semelhanças/diferenças entre a casa-átrio e o atual panorama espacial doméstico, produzido ou não por arquitetos: 1) a estrutura de acessibilidade média faz a casa mais próxima do “saber social” (alta acessibilidade) do que do “saber profissional” (esquemas em árvore); 2) a ordem de acessibilidade difere de ambos os saberes, no Brasil e no exterior; 3) a inexistência de sala de visitas distingue-a das residências de classe média brasileira. Todos os estudos referidos revelam o pouco comentado parentesco entre manifestações de “vernáculo” e de arquitetura “erudita”. Ratificam a precariedade destes rótulos para caracterizar a identidade de edifícios, ou ao menos de uma de suas dimensões fundamentais.

Avaliar um edifício depende de *valores* relacionados a *expectativas*. São expectativas copresenciais, funcionais, bioclimáticas, de orientabilidade, expressivas etc. Umhas são mais universais (p.ex. de orientabilidade), outras têm caráter contextual e até pessoal. Sobre aspectos espaciais relacionados ao estilo de vida da família, a avaliação pode ser idiossincrática.

Esta residência atende a nossas expectativas copresenciais: abertura no miolo da casa com possibilidade de reclusão pelo controle de portas equilibram copresença/cociência/isolamento – *urbanidade*, em suma. Se for a melhor qualidade da casa, pode ser também o maior defeito: o edifício não parece robusto para abrigar outras maneiras de comportamento. Não é “à prova de crianças”! A abertura no miolo e a correspondente ausência de privacidades acústica e visual vetam uma simultaneidade de trabalho e brincadeira infantil no interior da casa. Isolar crianças de acesso ou visibilidade por paredes ou portas seria fácil, mas criar uma sala “formal” ou um setor íntimo em árvore sem mudanças estruturais seria impossível. Para nós, a casa tem um alto *valor de uso*. Não sou tão otimista quanto ao seu *valor de troca*...

Conclusão

Os estudos relatados exemplificam o uso dos conceitos *formalidade* e *urbanidade* em várias escalas e em várias instâncias. Comum a todos, a atenção simultânea, como deve ser, a aspectos de configuração dos lugares e a aspectos de modo de vida – e o estabelecimento de

relações entre eles. Comum a todos, a atenção *objetiva* para com as situações socioarquitetônicas estudadas. Isso implica a possibilidade de *qualquer* pesquisador, de posse do material empírico e dos conceitos utilizados, *verificar* as assertivas feitas. Não que se abomine o depoimento dos sujeitos envolvidos para a compreensão dos estudos de caso (a exceção ficou por conta da nossa casa, onde projetista, usuário e analista se confundem...). A posição dos sujeitos, com estes mesmos pressupostos teóricos, foi considerada em outros trabalhos (p.ex. Melo, 2008). Aqui, sua ausência foi apenas uma questão de oportunidade e de espaço. Decerto colegas explorarão, em outros ensaios do Seminário Temático, a dimensão subjetiva.

A questão da urbanidade coloca-se hoje como sempre se colocou, em qualquer tempo e lugar. A urbanidade é uma qualidade objetiva de uma certa vertente socioarquitetônica (há outra vertente: a da formalidade) que transcende tempo e espaço. Sua defesa é um *valor*, fruto de uma escolha ética, por mais variadas que sejam as circunstâncias, escalas, funções em pauta.

Bibliografia

- ASCHER, François. *Novos princípios do urbanismo / Novos compromissos urbanos – um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- BOTTON, Alain de. *A arte de viajar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BRANCO, Maria Cecília C. C. *Brasília: narrativas urbanas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – vol. 1*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COSTA, Lucio. Brasília Revisitada – Anexo 1 do Decreto Nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal, 1987.
- COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. Empresa das Artes, São Paulo, 1995.
- COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.
- FRANÇA, Franciney Carreiro de, HOLANDA, Frederico de. “Meu quarto, meu mundo: espaço doméstico na alvorada do terceiro milênio”. In: HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003, p. 134-147 (ISBN 85-7165-016-0).
- GIDDENS, Anthony. *The class structure of the advanced societies*. London: Hutchinson of London, 1973.
- HANSON, Julienne. *Decoding Homes and Houses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HILLIER, Bill et al. (1993) “Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement”, *Environment and Planning B: Planning and Design*, vol. 20, p. 29-66.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003a.
- HOLANDA, Frederico de. “A determinação negativa do Movimento Moderno”. In: HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003d, p. 18-39.
- HOLANDA, Frederico de. “Casa-átrio: um exercício em auto-análise”. In: HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003c, p. 148-179.

- HOLANDA, Frederico de. "Urbanidade, o resgate. Nova Iorque, MA". In HOLANDA, Frederico (org.). *Arquitetura & Urbanidade*. São Paulo: ProEditores Associados Ltda, 2003b, p. 100-113.
- HOLANDA, Frederico de. *Brasília - cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAU UnB, 2010.
- KOHLSDORF, Maria E. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MELLO, Sandra Soares de. *Na beira do rio tem uma cidade*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.
- PEPONIS, J. "Space, culture and urban design in late modernism and after". *Ekistics*, vol. 56, n. 334-335, p. 93-108.
- PEPONIS, John. "Espaço, Cultura e Desenho Urbano". *Arquitetura e Urbanismo*, ano 8, n. 41, abr-mai 1992, p. 78-83.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público - as tiranias da intimidade*. Companhia Das Letras, São Paulo, 1988.
- ZEIN, Ruth Verde. *O lugar da crítica – ensaios oportunos de arquitetura*. Porto Alegre: Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 2001.